

# SOURCES

## PUBLIC POLICY

### **Erro de Pontaria: Registro de armas no Canadá**

by Gary Mauser  
Simon Fraser University

## Resumo Executivo

Em 1995, o governo canadense introduziu o registro universal de armas de fogo.

O plano é licenciar todos os proprietários de armas até 1º de janeiro de 2001, e então registrar todas as armas de fogo até 1º de janeiro de 2003. Foi levantado que o registro de armas de fogo não custaria mais do que \$ 85 milhões de dólares canadenses ao longo de 5 anos. As solicitações de liberdade de informação descobriram que o registro de armas de fogo custou, no mínimo \$ 600 milhões, nos últimos três anos. Além de preocupações relacionadas à má gestão, o registro de armas de fogo tem sido criticado por seu abuso em relação à privacidade individual e o direito de propriedade. Pouco se acredita que forçar caçadores e atiradores ao alvo a registrar suas armas de fogo irá, de fato, reduzir a violência criminal.

A demonização das pessoas comuns, que por acaso possuem uma arma, estabelece a base para um aumento massivo da intrusão governamental nas vidas de cidadãos comuns. O registro das armas de fogo viola os princípios básicos do policiamento, criados por Sir Robert Peel, o pai dos “Bobbies” ingleses. Espera-se que a resistência passiva ao registro das armas de fogo se espalhe por toda parte, como aconteceu em outros países.

A história do controle de armas, tanto no Canadá como no Reino Unido, demonstra o “terreno escorregadio” na direção da erosão das liberdades pessoais, um processo que começa com a mais benigna das aparências, nas medidas para o controle de armas.

## O Registro de armas no Canadá

Os proponentes do registro de armas de fogo dizem que isso irá aumentar a segurança pública. Deve incitar uma maior responsabilidade entre os proprietários de armas e, também, prover a polícia com métodos melhores de rastreamento de armas perdidas ou roubadas. Os opositores argumentam que tal esquema é inviável e só faz criar uma outra burocracia federal onerosa. Com a recente introdução de um esquema de licença para *proprietários de armas de fogo* já deu para sentir um “gostinho” dos custos e armadilhas que irão acompanhar o registro integral das *armas de fogo*. O governo já deu dois passos nessa direção. Os proprietários de armas existentes devem ter preenchido e recebido uma licença em 1º de janeiro de 2001. Em janeiro de 2003, as próprias armas deverão ser registradas.

Em 1995, o governo federal canadense aprovou a Lei das Armas de Fogo (Bill C-68). Essa lei, entre outras coisas, obrigou o licenciamento dos proprietários de armas de fogo e introduziu o registro universal de armas de fogo. Essa legislação é ainda mais notável porque o Canadá já possui um regime bastante restrito em relação às armas de fogo: as armas de mão têm sido registradas desde 1934; a inspeção da polícia passou a ser exigida de todos os compradores de armas de fogo desde 1977; uma vasta lista de armas foi proibida em 1977; e, em 1991, um grande número de rifles semi-automáticos

no estilo militar e lojas com um vasto arsenal, também foram proibidas ou restringidas.

Um registro universal de armas de fogo e licença do seu proprietário parece razoável para muita gente. Infelizmente, uma série de problemas de ordem prática surgiu nos últimos anos, desde que o governo federal começou a implementá-lo. Primeiro, os custos estão subindo, segundo, o registro de armas de fogo viola os princípios básicos de policiamento e terceiro, o apoio público parece estar se evaporando em relação ao registro de armas de fogo. Isto não é apenas um problema de má gestão fiscal ; o registro das armas de fogo é um mais um passo no terreno escorregadio que pode danificar a liberdade individual de todos os canadenses. Este artigo examinará o perturbador aumento do poder policial que a legislação existente sobre armas já criou.

### **Os custos do programa subiram, parecendo, aparentemente, fora de controle**

Quando o registro de armas de fogo foi introduzido, o governo federal declarou que este teria um custo de 85 milhões de dólares canadenses para ser implantado, ao longo de 5 anos (Departamento de Justiça, 1995). Na época em que isso foi anunciado, essas estimativas suscitaram sérias dúvidas, uma vez que o registro envolve a cooperação de diversos órgãos federais (por exemplo, a Alfândega, o RCMP, a Justiça, e os Negócios Indígenas), todos os 10 governos provinciais, bem como os três governos territoriais.

O Centro Canadense de Armas de Fogo (CFC) foi instituído em 1996, para administrar o registro de armas. Ainda que os proprietários de armas de fogo tenham até 1º de Janeiro de 2003 para registrar a sua armas de fogo, o custo do CFC passou de 500 milhões de dólares canadenses no início do ano 2000, e é esperado que o total atinja \$1 bilhão dentro de mais um ano. Enquanto o Projeto de Lei C-68 esteve à frente do Parlamento, eu estimava que o custo final estaria entre 1 bilhão e 1,5 bilhões (Mauser, 1995a, b). Eu devo ter subestimado os verdadeiros custos.

Não obstante a difícil situação fiscal que o governo canadense enfrentou durante os anos 90, o orçamento para o CFC cresceu rapidamente, de modo exponencial. Ao mesmo tempo, o número total de oficiais da RCMP diminuiu, o número de funcionários trabalhando no registro de armas de fogo no Centro Canadense de Armas de Fogo e as agências governamentais associadas cresceram de um punhado de, no máximo, 600 funcionários em meados de 1999, para mais de 1.700 por volta de julho de 2.000 (Breitkreuz, 20 de maio de 1999; 19 de julho de 2.000). A despeito desse crescimento impressionante existe um calhamaço de mais de um milhão de formulários. Essa situação levou o CFC a processar os formulários mais rapidamente (declaradamente um a cada 5 minutos), e declarar, , um "período de tolerância" de seis meses para proprietários, antes que estes fossem multados por não terem uma licença para arma de fogo (Levant, 2001, p. A15).

Mais grave em tempos de arrochos fiscais, esse crescimento significou que outras prioridades governamentais foram abandonadas, enquanto os custos

com o registro e licença de armas de fogo subiram astronomicamente. O orçamento do RCMP esteve virtualmente congelado entre 1993 e 1999 e os gastos com serviços jurídicos, em geral, foram sendo cortados (Statistics Canada, 1999, p. 11). Os salários do RCMP ficaram congelados por sete anos e recrutamento e treinamentos foram cortados severamente. Um grande número de oficiais do RCMP foi transferido para trabalhos similares na província, onde ajudam na seleção de relatórios de licença e registro. Embora o número de oficiais de polícia tenha tido um ligeiro aumento nesses últimos dois anos, o número absoluto de oficiais declinou entre 1990 e 1998 (Besserer and Tufts, 1999). As estatísticas parecem ainda piores, se considerarmos a proporção entre o número de policiais e a população. Essa relação está em seu ponto mais baixo desde 1972 (Statistics Canada, 1996, p. 1). Em 1998, havia 181 oficiais de polícia para cada 100.000 habitantes. Isso significa que faltam mais de 500 oficiais, apenas na Columbia Britânica (Besserer and Tufts, 1999; Statistics Canada, 1999).

Esses custos poderiam valer a pena, desde que os benefícios fossem suficientemente substanciais,. Mas, quais são os benefícios? É verdade que as mortes por arma de fogo continuam diminuindo, mas esse decréscimo não parece estar vinculado às leis contra armas de fogo. Os acidentes com armas de fogo começaram a diminuir em meados dos anos 60, antes que as leis federais fossem mudadas.

Da mesma forma, os índices de homicídio declinaram nas últimas décadas, mas não foi encontrada nenhuma evidência sólida que relacione esta mudança fortuita às novas leis de armas de fogo. (Dandurand 1998; Mauser and Holmes,1992). Mais de três quartos de todas as mortes associadas às armas de fogo, tanto no Canadá como nos Estados Unidos, decorrem de suicídios. Infelizmente, não há nenhuma evidência convincente que demonstre que, leis mais restritivas às armas de fogo possam ajudar na redução dos índices de suicídio (Dandurand, 1998). Não obstante os índices de posse de armas de fogo serem mais baixos no Canadá do que nos Estados Unidos, o Canadá tem uma taxa de homicídio superior a dos Estados Unidos.

Os defensores do registro de armas de fogo argumentam que seus benefícios estão no controle da violência, através da dificuldade em se encontrar armas de fogo e na ajuda à polícia na solução de crimes. Não há evidência de que, simplesmente aumentando a dificuldade em se obter uma arma de fogo através de regras mais estritas tenha algum efeito importante sobre o índice de crimes (Kleck, 1991). As condições nas quais os arquivos de registro possam ajudar a solucionar um crime com arma de fogo são bastante limitadas (Kleck, 1997).

Não obstante haja a exigência de registro de armas de mão desde 1934, 80 % de todos os assaltos registrados são cometidos com armas de mão (Canadian Centre for Justice Statistics, 1999, p. 54). Os oficiais do Departamento de Justiça admitiram que não puderam identificar uma única ocasião, onde o registro da arma de mão tenha ajudado a solucionar um crime (Hansard, 1995, p. 12,259). O RCMP tem, repetidas vezes (por ex, em 1945, 1977, 1990), se colocado contra a tentativa de se registrar espingardas e rifles (Smithies, 1998). Os benefícios do registro das armas de fogo parecem ilusórios.

## **O Registro Universal de Armas de Fogo viola os princípios básicos colocados por Sir Robert Peel**

De acordo com Sir Robert Peel, o pai do policiamento moderno, a polícia deve ter o apoio dos “policados” para que as leis sejam reforçadas de forma eficaz (Reith, 1948). Seus princípios foram enunciados em 1822, quando ele fundou os “Bobbies” de Londres. Entretanto, muitos dos proprietários de armas de fogo não aceitam a legitimidade do registro de armas de fogo. Essa rejeição pelos policados significa, necessariamente, que o registro viola os princípios básicos de policiamento de Peel e acelera a tendência de uma crescente militarização das forças policiais. Conforme Peel advertiu, “à medida que a cooperação pública possa ser assegurada, se reduz, proporcionalmente, a necessidade do uso da força física e da coação para se atingir os objetivos da polícia. O crescente uso da força física pela polícia, para impor leis impopulares, separará ainda mais a polícia dos policados”.

Para que seja útil à polícia, o registro das armas de fogo requer quase que a aceitação total. Entretanto, a experiência em outros países demonstra que a resistência passiva ao registro de armas de fogo acontece em toda parte (Kopel, 1992). Muitos canadenses comuns, que por acaso possuíam armas, estão insatisfeitos com a legislação de armas de fogo de 1995. Pesquisas mostram que, no Canadá, uma alta porcentagem de proprietários de armas de fogo se recusará a registrá-las. A boa vontade para cooperar pode inclusive ter diminuído. Em 1995, 72% disseram que iriam cooperar (Mauser and Buckner, 1997).

Mais recentemente, em 1997, uma pesquisa de opinião feita pela Environics, constatou que apenas 58% das pessoas disseram que iriam aderir (Breitkreuz, 1999c). As reportagens da imprensa sobre os problemas com o registro e a crescente insatisfação do público sugerem que esta porcentagem encolheu desde 1997. Muitos proprietários de armas irão vender todas as suas armas; outros registrarão apenas algumas. Além dos proprietários de armas, francos o suficiente para responder em uma pesquisa pelo telefone, que irão violar a lei, há, indubitavelmente, outros que sequer ouviram falar da exigência, ou que irão se ressentir com a invasão de sua privacidade e, que poderão não responder à pesquisa ou não respondê-la honestamente, ou que simplesmente não cooperarão com o cumprimento da lei. A experiência em outros países mostra que a resistência passiva ao registro de armas de fogo está disseminada entre os cidadãos cumpridores da lei.

### **TABELA1: Os Nove Princípios de Policiamento de Peel Sir Robert Peel, Inglaterra (1822)**

1. Prevenir o crime e a desordem, como uma alternativa à sua repressão, através das forças militares e pela severidade da punição legal.
2. Reconhecer sempre que o poder da polícia para executar suas funções e deveres depende da aprovação pública para sua

existência, ações e comportamento, e em sua habilidade de assegurar e manter o respeito público.

3. Reconhecer sempre que assegurar e manter o respeito e aprovação do público significa também garantir a cooperação voluntária do público, na tarefa de zelar pela observância das leis.

4. Reconhecer sempre que, “à medida que a cooperação pública possa ser assegurada, se reduz, proporcionalmente, a necessidade do uso da força física e da coação para se atingir os objetivos da polícia”.

5. Buscar e preservar a boa vontade pública, não se curvando porém diante da opinião pública, mas demonstrando constantemente um serviço à lei, absolutamente imparcial, com total independência da polícia e sem considerar a justiça ou injustiças do teor das leis individuais; através da imediata oferta de serviço individual e amigável a todos os membros do público, sem levar em consideração sua riqueza ou posição social; através do exercício da cortesia e um bom humor amigável; e ao oferecer prontamente o sacrifício individual na proteção e preservação da vida.

6. Usar força física, somente quando, o exercício da persuasão, aviso e advertência se mostrar insuficiente para se obter a cooperação pública e, até o ponto necessário, para assegurar a observância da lei ou para restaurar a ordem; e usar apenas o limite mínimo necessário de força física, em qualquer ocasião particular, para se atingir o objetivo da polícia.

7. Manter, em todas as ocasiões, um relacionamento com o público, que demonstre a realidade da tradição histórica de que, a polícia é o público e que o público é a polícia; sendo que, a polícia nada mais é que membros do público, os quais são pagos para dar atenção em tempo integral aos deveres, que são incumbência de todo cidadão, no interesse do bem estar e na existência da comunidade.

8. Reconhecer sempre a necessidade de uma observação estrita das funções policiais executivas, e abster-se de até mesmo aparentar estar usurpando os poderes do judiciário, para vingar os indivíduos ou o estado e de julgar e punir o culpado, de forma autoritária.

9. Reconhecer sempre que o teste de eficiência da polícia é a falta de crime e de desordem, e não a evidência visível da ação da polícia ao lidar com elas.

Fonte: Charles Reith, *A Short History of the British Police*, London: Oxford University Press, 1948.

Embora os chefes de polícia apoiem essa legislação, pesquisas com policiais da ativa demonstra que a maioria das outras patentes não o fazem. A Associação da Polícia Canadense chegou, inclusive, a votar para reconsiderar seu apoio ao registro de armas de fogo. Pesquisas envolvendo oficiais da polícia demonstram que um alto percentual de policiais não apóia essa legislação (Breitkreuz, 1999c).

Sem recorrer à força militar é difícil reforçar leis que não são apoiadas pelo público. Isso pode ser visto nas experiências dos canadenses e dos norte-americanos com a “Proibição” durante a primeira metade do século XX. Mais recentemente, isso também pode ser visto no esforço de se proibir a maconha e outros narcóticos. Tais leis são fúteis, pois são exercícios de moralidade. Caso a proibição fosse uma tentativa de impor valores rurais aos residentes na cidade, o registro poderia ser visto como um esforço para impingir valores urbanos aos canadenses rurais.

Embora muitos proprietários de armas possam não compactuar com a legislação de registro, ela já está surtindo um efeito adverso sobre os compradores de armas e isso está afetando a cultura canadense de caça e de prática de tiro. Muitos proprietários de armas estão abandonando a caça ou se desfazendo de suas armas, diante do crescimento de arbitrariedades na legislação de armas de fogo. Os pais estão achando cada vez mais difícil passar seus valores de cultura rural de caça à geração seguinte. As últimas duas décadas de arbitrariedade e de punição das medidas de controle de arma, pelo governo Liberal, devastaram os negócios de armas de fogo: mais da metade de todos os varejistas que vendiam munição desapareceram (RCMP, 1999). O número de caçadores diminuiu durante o mesmo período. A obrigatoriedade do registro irá acelerar essa tendência, tornando os muitos canadenses rurais contraventores e isso irá encorajar a caça ilegal.

Será que os proprietários de armas de fogo irão registrar suas armas de fogo, deixando de lado serem proprietários, ou continuarão a tê-las e usá-las sem a preocupação de registrá-las? Avaliando a reação dos canadenses proprietários de armas ao registro das armas de fogo, há duas perguntas importantes que precisam ser respondidas: primeira, quantas pessoas possuíam uma ou mais armas de fogo em 1995 e, segunda, o que os proprietários das armas de fogo estão fazendo diante dessa legislação? Sem respostas sólidas a essas questões, estamos impossibilitados de avaliar a eficácia do registro de armas de fogo.

Quantos proprietários de armas havia então? Em 1995, o Departamento de Justiça (DOJ) do Canadá estimou que cerca de 3,5 milhões de pessoas no Canadá possuíam armas. Eu acredito que 3,5 milhões seja um número muito baixo. Baseado na minha reavaliação da pesquisa feita pelo DOJ do Canadá, e nas minhas próprias pesquisas representativas, eu estimo que haja cerca de 5 milhões de proprietários de armas no Canadá, não 3,5 milhões (Mauser, 1995a, b).

O que os canadenses proprietários de armas fazem quando se vêem diante de exigências cada vez mais onerosas? A última estimativa do DOJ canadense diz

haver apenas 2,4 milhões de proprietários de arma de fogo (Canadian Firearms Centre, 2001). O DOJ assume que essa queda é inteiramente devida a antigos proprietários de armas de fogo, que venderam ou devolveram todas as suas armas para a polícia, deixando, portanto, de figurarem na categoria de “proprietário de arma”. Com certeza, muitos o fizeram. Parece, entretanto, excessivamente ingênuo pensar que os entrevistados irão admitir que possuem uma arma de fogo própria, mesmo quando eles temem que isso possa ser ilegal. Era esperado que muitos, senão a maioria dos proprietários de armas de fogo, se mostrassem inseguros sobre a sua adesão às leis de armas de fogo, após o governo ter anunciado, com frequência, as multas draconianas para aqueles que violassem a complexa nova lei nos últimos anos. A nova estimativa do DOJ implica em que quase um milhão de pessoas livraram-se de todas as suas armas. Uma vez que, cada canadense proprietário de arma tem aproximadamente mais de duas armas em média, isso equivale a dizer que cerca de dois milhões de armas foram vendidas ou ficaram com o RCMP. Entretanto, não há registros que demonstrem que tal quantidade de armas tenha sido vendida ou destruída nos últimos anos. Aparentemente, muitos proprietários de armas mantiveram silenciosamente suas armas, sem tirar a licença necessária. Eles estão, agora, sujeitos a penas de até 10 anos na cadeia, por crime, caso eles, “reconhecidamente”, tenham se recusado a cumprir essa lei.

Muitos canadenses, particularmente as famílias rurais, decidiram ignorar a lei<sup>1</sup>. Por razões de custo, algumas pessoas podem ter optado por se tornarem “usuários” de armas, ao invés de proprietários de armas.

Para isso a única coisa necessária é que haja um “documento oficial de posse de arma” para uso doméstico. Muitos canadenses não enxergarão a necessidade de se pagar 10 ou até mesmo 80 dólares canadenses por pessoa (ver tabela 6). Se uma única pessoa em uma residência assinar como proprietário de uma arma “licenciada pelo governo”, todos os membros da família poderão ter acesso à munição e a uma arma para proteção. Esses canadenses estarão agindo na ilegalidade, é claro, mas dado o baixo nível de coerção, ainda assim, muitos decidirão que não há uma necessidade imediata de se ajustarem à lei<sup>2</sup>. O RCMP disse, extra-oficialmente, que eles não farão qualquer esforço pra localizar tais pessoas, mas caso encontrem uma arma de fogo não registrada, eles podem vir a cobrar multas. Caçar é ainda mais problemático. É fácil enxergar que uma licença de caça implica claramente na posse de uma arma de fogo. Portanto, eu prevejo que essa lei irá contribuir para a caça ilegal.

## **O apoio da população está diminuindo**

---

<sup>1</sup> Os proprietários de armas podem ser multados por “armazenagem perigosa” de armas, caso alguém não-autorizado tiver acesso a essa arma. As multas são aplicadas, mesmo se as armas tiverem acionamento de gatilho ou tenham sido guardadas em cofre.

<sup>2</sup> Os proprietários de armas podem ser multados por “armazenagem insegura” se alguma pessoa não autorizada tiver acesso às suas armas. É possível ainda receber uma multa, mesmo se as armas possuírem travas para o gatilho e tiverem sido trancadas em cofre.

O padrão nas votações dá uma luz importante à legislação sobre armas, em relação aos princípios de policiamento de Peel e à aceitação pública da lei. Os políticos estão descobrindo, tanto nos Estados Unidos como no Canadá, que pedir um maior controle sobre as armas de fogo, não ajuda a vencer as eleições.

Por exemplo, ainda que o ex-vice-presidente Gore seja um defensor ferrenho de medidas mais estritas de controle de armas, ele descobriu que esse expediente o levou a perder as eleições presidenciais, no ano passado. Os caçadores formam um importante contingente de votação nos estados chave, tais como, Michigan, Pensilvânia, Missouri e Flórida, estados considerados “deve vencer”, se ele estivesse para vencer as eleições (Palm, 2000).

É fácil ver porque os políticos se deixam seduzir pela crença de que, pedir um maior controle sobre armas, seria politicamente popular. Entre as eleições, os políticos podem medir o apoio público apenas através das pesquisas de opinião pública. As pesquisas são difíceis de serem conduzidas e, ainda mais difíceis de serem interpretadas. Talvez um exemplo seja elucidativo. Em 1995, o Professor Taylor Buckner da Universidade de Concórdia e eu, perguntamos diretamente a 1.500 canadenses, sobre o registro universal das armas de fogo (Mauser e Buckner, 1997). Nossos resultados espelharam o mesmo de outras pesquisas que fizeram a mesma pergunta (ver tabela 2). Descobrimos que 84% dos entrevistados apoiaram o registro de armas de fogo, que foi aproximadamente o que Angus Reid descobriu em uma pesquisa conduzida pela Coalização para o Controle das Armas (Reid, 1993). Pesquisas mais recentes descobriram que esse percentual havia caído para 76%. Mas isso não conta toda a história.

Em pesquisas de opinião pública, uma distinção deve ser estabelecida, entre a opinião da massa e o julgamento público. Muitos dos entrevistados irão responder imediatamente, sem pensar muito profundamente sobre a pergunta; por exemplo, é fácil concordar que a pobreza deve ser reduzida.

Eles podem, inclusive, concordar em pagar, hipoteticamente, impostos maiores. Mas, se for pedido às pessoas que o dinheiro seja deduzido diretamente dos seus salários, seu “apoio” à eliminação da pobreza irá diminuir rapidamente. Isso ilustra que problemas públicos implicam em fazer trocas difíceis. Esse ponto é verdadeiro também com relação ao registro das armas de fogo. O registro soa como uma boa idéia, desde que ele não envolva qualquer custo ou inconveniente. Entretanto, a opinião pública começa a distanciar-se do registro de armas de fogo, logo que as pessoas se dão conta de que isso será inconveniente para elas pessoalmente, ou irá lhes custar – como contribuintes – uma determinada soma em dinheiro, ou que desviará a atenção do governo de outros projetos desejados (Wade e Tennuci, 1994). A tabela 3 mostra que o apoio ao registro de armas de fogo cai em mais de 30 pontos (para 50%) quando os entrevistados são informados que ele pode vir a custar 500 milhões para se registrar todas as armas no Canadá. O apoio ao registro cai ainda mais, para apenas 43%, quando a contrapartida é uma redução no número dos policiais nas ruas.

Os canadenses se opuseram, particularmente, à transferência de oficiais de polícia, que lidam com o crime violento, para lidarem com os documentos exigidos para o registro de caçadores e praticantes de tiro ao alvo. Esse parece ser realmente o caso. Não se sabe quão maior seria a queda, caso os entrevistados soubessem que os custos são, atualmente, de mais de 500 milhões.

Mas, como essa análise se traduz em votos? Muitas pessoas que apóiam o controle adicional de armas, parecem fazê-lo com base na fé desinteressada e na falta de conhecimento. Uma alta porcentagem dos que apóiam é alheia ao fato de que já existem leis para o controle de armas e, não tendo interesse pessoal no assunto, não seria de se esperar por parte deles motivação para votarem. Os custos – ainda que hipotéticos por parte do governo – não são reais. Entretanto, caçadores, atiradores ao alvo e outros proprietários de armas de fogo não estão desinteressados. As leis sobre armas de fogo os afetam diretamente. O custo pessoal de um maior controle de armas os motiva a votar.

A oposição ao registro de armas é intensa. Seis, das 10 províncias, com a maioria da população canadense, montaram um recurso constitucional contra a Lei <sup>3</sup> sobre armas de fogo de 1995.

<sup>3</sup> Alberta contestou a legislação com base em que a medida federal violava a distribuição de poderes constitucional. De acordo com a Constituição Canadense, as províncias são responsáveis pela regulamentação do uso normal de propriedade privada. Três outras províncias se uniram a Alberta: Saskatchewan, Manitoba e Ontário. New Brunswick e Nova Scotia aderiram ao recurso mais tarde, depois que as eleições provinciais mudaram os seus governos. Além disso, todos os três territórios aderiram ao recurso.

Eles perderam, mas isto talvez já devesse ser esperado, dado que o Primeiro Ministro escolhe, unilateralmente, todos os juizes da Suprema Corte do Canadá.

A despeito disso, um outro recurso constitucional foi, a partir de então, lançado, baseado, desta vez, nas violações do Código de Direitos do Professor Ted Morton, na Universidade de Calgary.

**Tabela 2: “Você concorda ou discorda com que todas as armas de fogo devam ser registradas ?” (1505 respostas)**

Respostas	Atlantic (%)	Quebec (%)	Ontario (%)	Campo (%)	COLUMBIA BRITÂNICA (%)	Canadá (%)
Concorda	84	94	86	73	82	84
Discorda	13	5	12	22	17	14
Não Sabe	3	1	2	5	1	2

Fonte: Mauser e Buckner, 1997.

Não obstante a ausência de qualquer organização nacional tão poderosa quanto a NRA no Canadá, o tema das armas teve um impacto sobre os políticos canadenses. Cinco províncias tiveram eleições gerais desde que o Parlamento Canadense aprovou a Lei sobre Armas de Fogo de 1995 (Lei C-68): Ontário, New Brunswick, Nova Scotia, Saskatchewan e Manitoba. A Lei C-68 foi assunto em cada um deles; nenhum partido que fosse favorável ao registro de armas de fogo foi eleito. Em duas dessas eleições provinciais (New Brunswick e Nova Scotia), os partidários a favor da legislação foram derrotados e substituídos por partidos contrários a ela. Em dois outros (Saskatchewan e Manitoba), os dois maiores partidos opuseram-se à legislação e, na última província (Ontário), o partido contrário à legislação, foi reeleito, em oposição ao forte desafio dos partidos favoráveis à legislação adicional (Gunter, 1999b). Claro, que muitos fatores influenciaram os padrões da votação, mas no mínimo fica claro que o apoio à legislação das armas não é mais um plus eleitoral, aparentando ser muito mais, um ponto negativo.

O registro das armas de fogo causou um impacto poderoso, ainda que sutil, na eleição federal do ano passado. A oposição ao registro de armas de fogo foi uma razão importante para que os Liberais fossem afastados pela Aliança Canadense no oeste do Canadá.

Apesar da sua campanha pobre, a Aliança ganhou ambos os votos e cadeiras na Colúmbia Britânica, bem como em todo o oeste. A oposição ao registro das armas de fogo contribuiu até mesmo para que a Aliança ganhasse votos e cadeiras na parte urbanizada do “Baixo Continente”. Embora o registro de armas de fogo não tivesse tanta importância no Canadá Central, a oposição ao registro das armas de fogo ajudou a Aliança a ganhar dois lugares na parte rural de Ontário, e contribuiu para que os Conservadores se mantivessem na costa atlântica do Canadá.

**Tabela 3: Apoio ao registro de armas de fogo declina quando os entrevistados são informados dos custos prováveis (1505 respostas)**

Pergunta: "caso isso fosse custar 500 milhões, você ainda assim concordaria [plenamente ou em parte] que todas as armas de fogo deveriam ser registradas?" (Pergunta feita apenas para aqueles que disseram apoiar « plenamente ou em parte »)

Respostas	Atlântico (%)	Quebec (%)	Ontário (%)	Campo (%)	COLUMBIA BRITÂNICA (%)	Canadá (%)
Concorda	45	56	52	38	50	50
Discorda	46	40	40	51	43	45

Não Sabe	9	4	8	11	7	5
Pergunta: "Caso o registro forçasse a polícia a diminuir os policiais nas ruas para lidar com toda a documentação envolvida nele, você ainda assim concordaria [plenamente ou em parte] que todas as armas deveriam ser registradas?" (Pergunta feita apenas para aqueles que disseram apoiar « plenamente ou em parte »)						
<b>Respostas</b>	<b>Atlântico (%)</b>	<b>Quebec (%)</b>	<b>Ontario (%)</b>	<b>Campo (%)</b>	<b>COLUMBIA BRITÂNICA (%)</b>	<b>Canadá (%)</b>
Concorda	42	52	43	31	43	43
Discorda	48	43	48	57	49	50
Não Sabe	10	5	9	12	6	7
Fonte: Mauser e Buckner, 1997.						

### **O controle canadense de armas ilustra o “terreno escorregadio”**

A história do controle de armas no Canadá, assim como no Reino Unido, ilustra o “terreno escorregadio” quando se aceita até mesmo o controle aparentemente mais benigno de armas. Em cada estágio, o governo ou restringiu o acesso às armas de fogo, ou proibiu e confiscou tipos comuns de armas de fogo. As armas de fogo serviram como alvo conveniente, uma vez que o público tinha medo delas. O governo alardeava precisar de violações mais intrusivas nos direitos básicos do cidadão e de maior liberdade para proteger o público.

Mas após diversas leis cada vez mais restritivas, não há evidência de que essas leis contra armas de fogo tenham realmente reduzido o crime violento (Mauser e Maki, 1998, 1999). O governo está perplexo. Mas os direitos e liberdades de todos os canadenses foram reduzidos.

As leis das armas de fogo são aprovadas durante períodos de medo e de instabilidade política. Depois da ameaça se distanciar, os poderes de polícia do governo aumentaram e os direitos e liberdades individuais diminuíram. A pergunta parece não ser colocada nunca: até onde vai o nível de controle de armas de fogo? Os políticos continuam pedindo mais leis contra as armas de fogo e a burocracia continua a crescer. A Grande Depressão dos anos 30 foi um período em que o governo canadense temia a agitação dos trabalhadores, assim como os americanos temiam a “corrida ao rum”. Como resultado, em 1934 o governo do Canadá aprovou a legislação das armas de fogo que exigia o registro das armas de mão. Havia diferentes permissões, para pessoas inglesas e para estrangeiros. Não é de se estranhar portanto, que muito poucos “estrangeiros”<sup>4</sup> se qualificaram para obter essa permissão.

<sup>4</sup> Até que a lei fosse alterada em 1950, a lei canadense definia um estrangeiro como sendo qualquer pessoa que não fosse um cidadão inglês. No começo do século vinte, poucos asiáticos ou negros se qualificavam como cidadãos ingleses, nem tampouco, é claro, muitos dos americanos, vivendo então no Canadá.

A Segunda Guerra Mundial foi um período difícil, que viu uma outra rodada da lei contra armas ser introduzida<sup>5</sup>. Em 1940, permissões para armas de fogo de estrangeiros foram revogadas e as armas de fogo foram proibidas e confiscadas de “estrangeiros perigosos” (incluindo aí, as de canadenses de origem japonesa – ainda que o Canadá ainda não estivesse em guerra contra o Japão), Em 1941 os asiáticos foram proibidos de ter armas na Colúmbia Britânica, inclusive chineses canadenses, ainda que a China fosse, oficialmente, nossa aliada durante a guerra. Essa foi uma decisão unilateral do Governador geral da Colúmbia Britânica. Todas as armas de fogo (inclusive rifles) foram registradas durante os anos de guerra. O registro deixou de ser feito em 1945, por um pedido do RCMP, que não considerava isso útil.

Durante o “perigo vermelho”, que se seguiu à guerra, mais legislação sobre armas de fogo foi introduzida. Em 1951 o governo estabeleceu o registro automático das armas de fogo.<sup>6</sup> Acrescentou-se a isso, um novo delito, “possuir e carregar” uma arma de defesa “com o objetivo de perturbar a paz pública”, o qual levava a uma pena máxima de 5 anos de cadeia. Em 1951, os registros de armas de fogo deram à polícia a autoridade para inspecionar, sem um mandado de busca, “uma pessoa ou veículo, ou demais áreas além da residência” caso eles tivessem “evidências sólidas” para acreditar que eles encontrariam ali, armas de fogo ou explosivos.

A crise do FLQ em Quebec, predominou desde o final dos anos 60 até os primeiros anos de 70. Em 1969, outra lei sobre armas de fogo foi introduzida. Essa legislação criava as categorias de “arma restrita” e “arma proibida” pela primeira vez. “Armas restritas” (por ex. armas de mão) tinham que ser registradas e seu uso estava sujeito a condições estritas – inclusive a exigência de que a permissão fosse obtida pelo proprietário para transportá-la para fora do local onde estava registrada. Entretanto, os cidadãos tinham permissão de comprar armas de uso restrito desde que eles preenchessem as permissões apropriadas.

As “armas proibidas” (por ex. armas de fogo inteiramente automáticas, silenciadores, de pente removível, rifles e pistolas de até 66cm), foram objeto de condições ainda mais restritas do que as armas de uso restrito. Tornou-se ilegal comprar ou vender armas proibidas, com exceção daqueles indivíduos que, por acaso, as possuíam anteriormente à introdução da lei. Apesar dessa exceção, proprietários que já as tivessem podiam manter apenas determinado tipo de armas proibidas; outras categorias – tais como as de pente removível – eram confiscadas. Restrições severas foram estabelecidas para o transporte de armas proibidas para fora do local onde haviam sido registradas.

Da mesma forma, proprietários pré-existentes não estavam liberados a comprar ou vender as armas proibidas remanescentes entre eles. Entretanto,

---

<sup>5</sup> Para o Canadá, a Segunda Guerra Mundial começou em 10 de setembro de 1939, quando o Canadá declarou guerra contra a Alemanha. O Canadá não declarou Guerra ao Japão até o ocorrido em Pearl Harbour.

<sup>6</sup> Uma arma automática ou totalmente automática continua a disparar enquanto o gatilho estiver mantido para baixo ou até que o pente esteja vazio. O RCMP estava preocupado com o seu potencial de mal uso, apesar de que armas automáticas estão, raramente, associadas à atividade criminal.

até que a legislação fosse introduzida, em 1978, as armas de fogo não restritas (rifles comuns e armas de tiro ao alvo) podiam ser compradas sem uma autorização policial.

A legislação de 1969, embora tenha sido aprovada em um período de crise, estabeleceu o padrão para toda a futura legislação de armas de fogo, em que a redação e as condições associadas às licenças para armas de fogo restritas, não eram mais estabelecidas pela legislação. Foram dados à polícia, os poderes de, administrativamente estabelecer as condições para todas as armas de fogo permitidas. Cada licença, emitida a partir de 1969, teria que estar agora “em conformidade com um formulário prescrito pelo Comissário [do RCMP]”. Da mesma forma, a legislação permitia que as armas fossem designadas como “proibidas” ou “restritas”, por uma “Ordem no Conselho”. (“Order-in-Council”)

**Tabela 4: A Legislação Canadense de 1977 sobre Armas de Fogo, Aprovada em Agosto de 1977, e em vigor a partir de 1978 e 1979**

- Exigida permissão policial para a compra de arma de fogo, o Certificado de Aquisição de Arma de Fogo
- Ordem no Conselho é usada para banir uma ampla variedade de armas, incluindo as armas totalmente automáticas
- Centralizadas as exigências de registro para « armas de uso restrito » (por ex., armas de mão, que têm sido registradas desde 1934)
- Eliminada a proteção de propriedade como razão legítima para o registro de armas de mão,
- Introduzida a multa por “armazenagem perigosa ” de armas de fogo,
- Introduzidas as exigências para as permissões de venda de armas de fogo e munição
- Introduzidas multas adicionais pelo mau uso ou uso criminoso de arma de fogo, durante o decurso de um outro crime (essa seção foi raramente aplicada)

Os poderes policiais de busca e apreensão cresceram. O tipo de mandado de busca e apreensão sem procuração, permitido durante a Lei de 1951, permaneceu praticamente imutável, mas as razões justificando a busca e apreensão aumentaram. Sob a Lei de 1951, a polícia tinha que ter motivos razoáveis para suspeitar, que a arma tivesse sido usada em atividade criminosa. Sob a lei de 1969, a polícia poderia fazer uso de tais poderes com base em « relacionada a armas proibidas ou restritivas » ao invés de se basear

em « está sendo utilizada para cometer um delito criminoso ». A mera posse de um tipo de arma de fogo pela primeira vez dá à polícia razão para uma busca policial, ainda que nenhum delito tenha sido cometido.

O sistema atual de registro, exigindo um registro separado do certificado, para cada arma de uso restrito, também passou a ter efeito em 1969. O cargo de “encarregado de registro de arma de fogo” no RCMP foi criado e a ele foi dada a autoridade de acrescentar quaisquer “condições razoáveis para o uso, porte ou posse das armas de uso [restrito] referidas... ou munição, da maneira que ele julgar desejável no interesse da segurança de outras pessoas.”

Pela primeira vez na história do Canadá, o governo dava a si mesmo autoridade para restringir ou coibir, através de uma Ordem no Conselho, toda e qualquer arma de fogo...” não usada comumente no Canadá para caça ou motivações esportivas”<sup>7</sup> Até mesmo essas medidas eram fracas demais em 1971, razão pela qual o governo declarou a Lei de Medidas de Guerra e, com a concordância do premier de Quebec, ocupou Quebec com as forças armadas canadenses. A Lei de Medidas de Guerra foi rescindida em 1971, não sem antes mais de 4000 mandados de busca sem procuração acontecerem na província; o Exército Canadense prendeu e deteve, mais de 500 pessoas, sem ordem de prisão, ou acesso a uma assessoria jurídica, 95 % das quais eram liberadas 2 meses mais tarde, sem acusações. A Lei de Medidas de Guerra, assim como a legislação de armas de fogo de 1969, foram atos de um governo desesperado lutando com uma situação em Québec, que ele não conseguia entender. Ambas as medidas ameaçaram seriamente as liberdades e direitos de longa data dos canadenses.

Novas leis sobre armas de fogo foram introduzidas em 1977, como parte de um exercício de “troca de favores” com as Polícias Militares a fim de constituírem uma maioria para abolir a pena de morte. Nessa nova legislação, armas automáticas, que tinham que ser registradas sob a lei de 1951, foram reclassificadas como “armas proibidas”. Proprietários de armas automáticas foram “apadrinhados,” e foram autorizados a mantê-las, mas elas seriam confiscadas sem compensação quando morressem. Pela primeira vez desde a Primeira Guerra Mundial, uma licença emitida pela polícia era exigida para se obter um simples rifle e armas de caça (Aquisição de Certificado para Armas de Fogo ou FAC).<sup>8</sup> Uma disposição para a segurança obrigatória das armas de fogo foi abandonada porque as províncias, e o governo federal não chegavam a um consenso sobre quem pagaria por isso.

Um novo crime foi introduzido para a “armazenagem insegura de armas de fogo”, embora não houvesse uma definição para “armazenagem segura”.<sup>9</sup> A

---

<sup>7</sup> Ordens no Conselho são decisões tomadas no nível de Gabinete e, portanto, não são submetidas à revisão pelo Parlamento e são secretas. Nem o público, nem o Parlamento (fora os membros de Gabinete) têm conhecimento das mesmas até que elas sejam publicadas, em nome do governo canadense.

<sup>8</sup> O certificado custa \$10.

<sup>9</sup> Mortes acidentais por armas de fogo são raras, e de qualquer modo, a armazenagem de arma de fogo já está abordada nas regulamentações de caça das províncias. Os acidentes com armas de fogo diminuíram dramaticamente nos anos 60 com a introdução de cursos de segurança obrigatórios para o caçador (Mauser, 1995a).

proteção da propriedade foi eliminada, pois seria um motivo aceitável para a compra de uma arma de fogo restrita e os proprietários não mais podiam registrar armas de mão no seu endereço de trabalho. A polícia, na prática, começou – e continua – a recusar um FAC a qualquer um que der indícios de querer comprar uma arma de fogo para auto-proteção. Uma variedade de armas – incluindo as armas de mão – foram proibidas nos anos vindouros pela Ordem no Conselho.

Em 1991, mudanças significativas foram feitas na lei das armas de fogo, em resposta a um tiroteio terrível, que chocou o país. Em 1989, Marc Lepine, um solitário perturbado, massacró 14 mulheres na Universidade de Montreal e, em seguida, cometeu suicídio. A Polícia de Montreal só entrou no prédio 30 minutos após Lepine ter começado sua matança. Depois de uma longa investigação, o legista de Quebec concluiu que a resposta lenta e frouxa da polícia foi a maior responsável pelo alto número de mortes e não a arma utilizada, em particular. O rifle semi-automático mini-14 Ruger Ranch, com pentes de alta capacidade, usado por Lepine deu ensejo a telefonemas pedindo a proibição de armas semi-automáticas do tipo militar, assim como, pentes de alta capacidade.<sup>10</sup>

Kim Campbell, então Ministro da Justiça, decidiu que deveria haver uma nova legislação para as armas de fogo. A legislação de 1991, entre outras coisas, expandiu a lista de armas proibidas para incluir as "convertidas em completamente automáticas" e um amplo número de semi-automáticas do tipo militar e espingardas de caça. Os proprietários das armas agora proibidas viram-se diante do confisco sem compensação.<sup>11</sup> Ademais, o governo centralizou ainda mais o sistema de registro de armas de mão.

O Projeto de Lei C-17 passou na Câmara dos Comuns em 7 de novembro, recebeu a aprovação do Senado e a Anuência Real em 5 de Dezembro de 1991 e então passou a vigorar entre 1992 e 1994. Essa legislação fez mudanças radicais no sistema FAC, incluindo a exigência de fotografia dos postulantes e uma espera impositiva de 28 dias para se obter uma FAC, além de uma exigência obrigatória de treino de segurança. Ao mesmo tempo, o formulário foi expandido para prover maiores informações sobre os antecedentes. Respondendo "sim" a qualquer uma de uma série de perguntas pessoais, era iniciada uma investigação mais profunda. O novo formulário aumentou para 4 páginas e 35 perguntas. Pela primeira vez, os postulantes tinham que dar os nomes de duas pessoas que, funcionariam como referências para eles, de maneira bastante parecida com o que é feito no formulário para

---

<sup>10</sup> As armas semi-automáticas são de auto-carga. Para cada tiro é necessário se apertar novamente o gatilho. Muitas armas de fogo esportivas são semi-automáticas.

<sup>11</sup> Nenhum estudo empírico foi conduzido para determinar qual, se houver algum, tipo de arma de fogo, representa uma ameaça à segurança pública.

se tirar um passaporte. Caso fosse casado ou divorciado, uma das referências deveria, obrigatoriamente, ser o esposo(a) ou ex-esposo(a).

Algumas das perguntas do formulário eram de cunho bastante pessoal, incluindo questões sobre a saúde pessoal, as finanças e relacionamentos íntimos.

Por exemplo, "Nos últimos 5 anos...

**Q 31.**

"Você recebeu tratamento por ter ameaçado ou ter tentado o suicídio, depressão, problemas comportamentais ou emocionais, ou você está atualmente sob tratamento ou sendo medicado para isso?"

**Q32.**

"Você foi tratado por abuso de álcool ou de drogas ou você está atualmente sob tratamento ou sendo medicado para isso?"

**Q34.**

"Você sabe se deram queixa de você para a polícia ou para os serviços sociais, por violência, ameaça ou tentativa de violência ou outro conflito em sua casa ou em qualquer outro lugar?"

**Q35.**

"Durante os últimos dois anos...

A. Você passou por: divórcio, separação, ou rompimento de um relacionamento?"

B. Você passou por um fracasso na escola, perdeu o trabalho ou faliu?"

O Projeto de Lei C-17 exigiu uma revisão mais cuidadosa dos relatórios entregues pelos postulantes FAC por parte da polícia, a qual freqüentemente envolvia telefonemas para averiguações com os vizinhos e cônjuge ou ex-cônjuges. Outras mudanças importantes incluíam: multas maiores por crimes relacionados com arma de fogo; novo Código Penal de delitos; novas definições para armas proibidas ou de uso restrito; novos regulamentos para negociantes com armas de fogo; regulamentos claramente definidos para uma armazenagem segura, manuseio e transporte de armas de fogo; e uma exigência de que as regulamentações referentes às armas de fogo deveriam ter uma versão preliminar para a revisão de uma Comissão Parlamentar, antes de serem julgadas pelo Governador no Conselho.

Um dos principais focos da nova legislação era o controle das armas semi-automáticas do tipo militar. Ela também expandiu a classe de armas proibidas, para poder incluir as armas de fogo semi-automáticas, que tivessem sido convertidas para armas totalmente automáticas. Os proprietários das recém proibidas armas de fogo viram-se diante de um eventual confisco, sem

compensação. A legislação também proibiu as lojas de cartuchos de alta capacidade para armas de fogo automáticas e semi-automáticas. Uma série de Ordens no Conselho proibindo ou restringindo a maior parte dos rifles semi-automáticos do tipo militar e alguns tipos de munição não esportiva.

A exigência do Projeto de Lei C-17 para que os postulantes de FAC demonstrassem conhecimento do manuseio seguro de armas de fogo entrou em vigor em 1994. Para demonstrar conhecimento, os postulantes tinham que passar por um teste ou um curso sobre segurança com armas de fogo, aprovado pelo Procurador Geral da Província, ou um oficial do exército teria que certificar que o postulante é competente no manejo de armas de fogo. O Projeto de Lei C-17 acrescentou uma exigência, em que os cursos de segurança teriam que ter, como parte do currículo, as leis sobre armas de fogo, bem como os preceitos de segurança.

**Tabela 5:A Legislação Canadense sobre Armas de Fogo de 1991 com data de aprovação em Dezembro de 1991, entrou em vigor entre 1992 e 1994**

Outubro de 1992

Registro de rifles semi-automáticos do tipo militar; proibição dos rifles convertidos em automáticos do tipo militar; proibição de pentes de alta capacidade; proibição de munição “não esportiva”

Janeiro de 1993

Aumento na taxa do Certificado de Aquisição de arma de Fogo, de \$10 para \$25 - \$30

Junho 1993

Novas exigências da FAC: os postulantes têm que:

- Completar o curso de segurança com arma de fogo,
- Preencher o formulário mais extenso (35 perguntas; incluindo perguntas sobre saúde pessoal, finanças e relacionamentos íntimos)
- Fornecer uma fotografia tamanho passaporte
- Obter duas referências (uma obrigatória de cônjuge ou ex-cônjuge; para aqueles que são casados ou que tenham um relacionamento legal)
- É obrigatório o período de espera de 28 dias para um FAC
- Aumento de regulamentos para os comerciantes de armas
- Regulamentos específicos para um armazenamento seguro, manuseio e transporte de armas de fogo

Janeiro

a

Abril de 1994

Introdução da exigência de que os postulantes têm que completar o curso sobre segurança com armas de fogo para se obter um CAF.

Ao final de 1994, o então Ministro da Justiça, Alan Rock, anunciou sua proposta de leis de armas de fogo. Poucos meses depois, a Lei C-68 foi enviada ao parlamento. À época em que a Lei C-68 foi promulgada, o governo anunciou, sem qualquer discussão no Parlamento, que mais do que a metade de todas as armas de mão registradas no Canadá, teria seu uso proibido e, eventualmente, seria confiscada. Essas armas de mão não tinham sido mal usadas, nem qualquer estudo empírico jamais foi conduzido demonstrando que essas armas de mão representavam uma ameaça pública. A Lei passou rapidamente no Parlamento e pela Anuência Real e foi promulgada em 5 de dezembro de 1995. Antes que essa legislação tivesse sido proposta na Câmara dos Comuns, o Auditor Geral do Canadá declarou que não havia sido feita nenhuma avaliação da legislação de 1991 com relação às armas de fogo (Relatório do Auditor Geral, 1993, pp. 647-655). A Lei C-17 ainda não tinha sido completamente implementada, quando mudanças radicais na legislação das armas de fogo estavam sendo consideradas.

As maiores mudanças estavam na lei C 68, a Lei das Armas de Fogo de 1995:

- Emendas no Código Penal tornando mais rígidas as penalidades para certos crimes sérios, onde se faz uso de armas de fogo, como por exemplo, rapto, assassinato;<sup>12</sup>
- A criação da Lei das Armas de Fogo, para tirar os aspectos administrativos e reguladores do licenciamento e registro de armas do Código Penal;
- A ampliação dos poderes de « busca e apreensão » da polícia e a expansão dos tipos de policiais que podem fazer uso deles;
- O enfraquecimento de direitos e liberdade, anteriormente protegidos pela constituição, frente a ser solicitado para testemunhar contra alguém;
- Um novo sistema de licença para substituir o sistema FAC, p. ex. licenças exigidas para adquirir e possuir armas de fogo e comprar munição;
- Exigências estritas para se obter uma licença para armas de fogo (atualmente, a aplicação aumentou para 6 páginas com 45 perguntas, mantendo as perguntas de cunho pessoal incluídas no formulário anterior) ;
- Registro de todas as armas de fogo, inclusive espingardas e rifles.

---

<sup>12</sup> Penalidades similares têm sido incluídas em cada uma das emendas de armas de fogo, desde os anos 60, mas o seu cumprimento tem sido raramente exigido. (Meredith et al., 1994).

Em outubro de 1998, a Ministra da Justiça, Anne McLellan, apresentou emendas adicionais aos regulamentos de 1996. Estes não precisaram ser discutidos no Parlamento. Tudo o que ela precisou fazer foi anunciá-las. Nessa ocasião, ela também apresentou mais de 1000 páginas de regulamentos adicionais, lidando com

- Certificados de registro de armas de fogo;
- Exportação e importação de armas de fogo;
- O funcionamento de clubes de tiro e linhas de tiro;
- Shows de tiro;
- Autoridade especial de posse; e
- Agentes públicos.

Os regulamentos foram proclamados em Março de 1990. A Lei de Armas de Fogo e os regulamentos estão sendo implementados gradualmente para entrar em vigor em 1º de Dezembro de 1998. As datas a seguir são importantes para os caçadores canadenses e praticantes de tiro ao alvo.

- Até 1º de Janeiro de 2001, todos os proprietários de armas de fogo devem ter conseguido uma licença para continuar possuindo legalmente suas armas, e
- Até 1º de Janeiro de 2003, todas as armas de fogo devem estar registradas.

De acordo com a Lei Canadense, a polícia precisa ir à justiça para conseguir um mandado de busca em sua casa. De forma geral, isto ainda acontece com pessoas que possuem armas de fogo. Entretanto, há algumas assustadoras exceções. A Seção 102 da Lei de Armas de Fogo permite que um “policia civil” faça “inspeções periódicas” na casa de qualquer um que seja suspeito de ter mais do que dez armas de fogo, ou qualquer um que seja certificado como “coleccionador de armas”. Essas armas não precisam ser encontradas; é necessário apenas que o policia civil tenha “motivos justificados” para acreditar que ali existiam armas.

A Seção 103 da Lei de Armas de Fogo estabelece que as armas podem ser apreendidas sem mandado, se o policia civil tiver “motivos justificados” para crer “que não é desejável ao interesse da segurança dessa pessoa ou de qualquer outra, que ela possua ou tenha a custódia ou controle de armas de fogo, munição ou explosivos.” Um policia civil pode crer que essa condição exista, caso um vizinho ou um ex-cônjuge tenha dado queixa. Obviamente, as queixas podem ser dadas de modo malicioso por vizinhos, cônjuges ou ex-cônjuges com raiva.

**Tabela 6: A Legislação Canadense sobre Armas de Fogo Proclamada em Dezembro de 1995, vigorará entre 1996 e 2003**

Fevereiro de 1995

A proibição e confisco de mais da metade das armas de mão registradas (os assim denominados “Programas de Sábado à Noite”);

A Introdução de duas novas licenças de propriedade de armas de fogo (se, acidentalmente, o proprietário permite que a licença expire, ele está sujeito a processo criminal por posse ilegal de arma de fogo):

- POL—Possession Only License (Licença Apenas de Posse)
- PAL—Possession and Acquisition License (Licença de Aquisição e Posse)

1996

Exigências mais rígidas para PAL. Os postulantes têm de:

- Fazer, em separado, cursos de segurança para rifles e armas de mão (de \$100-\$150 por curso);
- Preencher o extenso formulário de aplicação (35 perguntas);
- Fornecer uma fotografia tamanho passaporte;
- Obter duas referências, nenhuma das quais pode ser agora de um cônjuge
- Referências de cônjuges e ex-cônjuges são pedidas agora em adição às outras duas

Novos regulamentos rígidos para armazenagem, manuseio e transporte de armas de fogo

1998

Novos regulamentos para clubes, linhas de tiro e shows de tiro,

Novos regulamentos (e multas) para a exportação e importação de armas de fogo,

Expansão dos poderes da polícia para “mandado de busca e apreensão”,

Alguns suspeitos da Lei de Armas de Fogo são convocados para testemunharem contra eles mesmos;

Janeiro 2000

O licenciamento de proprietários de armas de fogo começou

Julho 2000

A taxa para a posse apenas de uma licença “temporária” é reduzida de \$45 para \$10; a “Licença de Posse e Compra” permanece em \$60 a \$80

1º de Janeiro, 2001

Todos os proprietários são obrigados a ter licença

A Lei das Armas de Fogo relaxa as condições sob as quais é exigido um mandado. Pela Seção 102, um oficial de polícia pode confiscar uma arma de fogo restrita (por ex., uma arma de mão), caso a pessoa que a possua não possa "alí e naquele momento" mostrar um certificado de registro. Por exemplo, se o único proprietário licenciado de uma arma de fogo da família estiver fora, no trabalho, e a sua esposa e filhos não puderem mostrar, imediatamente, uma licença para possuí-la, então tal arma poderá ser legalmente confiscada e os membros da família, multados.

A Seção 102 vai ainda mais longe. Ela permite que um "inspetor de armas de fogo" (qualquer pessoa designada pelo encarregado do Registro para levar adiante os deveres relacionados com a Lei de Armas de Fogo) poderá "inspecionar e coletar", qualquer coisa que ele ou ela considerarem "sob fundamentos razoáveis" estar sujeito à Lei das Armas de Fogo. Isso inclui arquivos em computador, livros e documentos, bem como as próprias armas. A Seção 103 exige que "toda pessoa encontrada no local... que esteja sendo investigada pelo inspetor de acordo com a Seção 102", (a) "preste toda a colaboração possível" e "b" "dê ao inspetor toda a informação relevante ao reforço desta Lei ou aos regulamentos que possam requerer de forma razoável." Em inglês, isso significa que qualquer pessoa suspeita de possuir 10 ou mais armas de fogo é obrigada a testemunhar contra si mesmo.<sup>13</sup>

Imediatamente depois da eleição federal em 2.000, o governo decidiu classificar muitas armas de ar comprimido como armas de fogo; algumas se tornaram, inclusive, armas restritas ou proibidas. Jamais foi feito um comunicado a respeito destas mudanças, de modo que agora muitos canadenses estão sujeitos a penas de até 10 anos de cadeia, por não terem registrado uma arma de fogo ou até por possuírem uma arma proibida, sem que saibam disso, (Breitkreuz, 2001).

As perguntas, de cunho altamente pessoal, feitas aos postulantes a uma licença para arma de fogo, levaram recentemente o Comissário Federal Privado, Radwnanski a considerar o lançamento de uma revisão oficial do processo para licenciar armas de fogo. (Elliott, 2001).

Ele estava preocupado com o fato de que as perguntas invasivas pudessem violar a privacidade dos proprietários. Igualmente, ele estava preocupado que os esforços feitos pelo Departamento de Justiça para privatizar o registro de armas de mão, pudessem vir a corroer os já existentes Direitos de Atos Privados (Gillis, 2001a, p. A4). Ele estava particularmente preocupado com a adequabilidade de se colocar informações pessoais, obtidas através do registro, nas mãos de uma empresa particular, ao invés das mãos de oficiais da polícia ou da justiça. Os críticos dizem que, privatizar o registro seria bem menos dispendioso para o Parlamento e para os contribuintes.

---

<sup>13</sup> Estas são apenas algumas das disposições onerosas na Lei de Armas de Fogo. Edward Burlew, um advogado, fornece uma abordagem mais ampla das implicações desta legislação, em seu livro. (Burlew, 2000).

## Conclusões

O registro universal das armas de fogo e licenciamento de seus proprietários pode parecer razoável na teoria, mas, na prática, a abordagem demonstra uma série de defeitos sérios. Além da preocupação com a má gestão, o registro das armas de fogo foi criticado por seu abuso com relação à privacidade individual e ao direito de propriedade.

Nenhum país da Comunidade Britânica conseguiu introduzir ou gerenciar o registro de armas de fogo de modo bem sucedido. Por exemplo, no Canadá, numerosos problemas vêm aparecendo nos últimos anos, desde que o governo federal começou a implementar o registro das armas de fogo. Primeiro, os custos extrapolaram em muito as estimativas originais e, parecem, da mesma maneira, fora do controle. Os custos para o licenciamento do proprietário de armas já suplantaram os custos do fiasco “barca furada” da Columbia Britânica (\$400 milhões) e continuam a crescer. E para quê? Poucos acreditam que forçar caçadores e atiradores ao alvo a registrar suas armas de fogo irá reduzir a violência criminal. Isso confirma minhas previsões de que o registro de armas de fogo é impraticável (Mauser, 1995<sup>a</sup>). Não há evidência criminológica que, através da imposição de controles estritos sobre cidadãos comuns usuários de armas de fogo, tenha qualquer efeito sobre a a violência criminal (Kleck 1997, p. 383). Segundo, os grupos que são os mais próximos a armas de fogo, tanto os proprietários de armas de fogo quanto a polícia, estão profundamente desiludidos com a legislação. Como resultado desses problemas, o apoio público para o registro de armas de fogo está diminuindo. A despeito das pesquisas inicialmente favoráveis por parte da opinião pública, o governo do Canadá enfrenta desafios políticos e legais para o registro de armas de fogo.

Os relatórios recentes de que a Ministra da Justiça, Anne McLellan esteja tentando privatizar os registros das armas de fogo, sugerem que ela esteja tentando distanciar-se de um pesadelo burocrático mal administrado, que desperdiçou milhares de dólares dos contribuintes (Gillis, 2001b, p. A1). A privatização pode ser recomendável se tal passo puder criar um custo-benefício, o uso amigável do sistema. Mas, muitos observadores se perguntam se a privatização é apropriada, uma vez que o registro está baseado na lei criminal. Deixar de compactuar com ela pode resultar em penas criminais. É difícil acreditar que a primeira agência do governo a ser privatizada seja o registro de armas. Por que não o CBC ou o Correio Canadense? Parece que, muito provavelmente, o governo esteja tentando se distanciar de um pântano financeiro que está mais e mais aparente ao público canadense. Muitos proprietários de armas se preocupam com os custos eventuais das licenças para armas de fogo caso o registro venha a ser privatizado. Dado que altos custos são inerentes ao registro de armas de fogo, quanto mais irá subir seu custo?

Nesse artigo, eu argumentei que o registro de armas de fogo é ineficiente, impraticável, e abusivamente dispendioso. Mais importante, a história do controle de armas, tanto no Canadá quanto no Reino Unido, demonstra o “terreno escorregadio” de se aceitar até mesmo a mais benigna das medidas de controle de armas. Em cada estágio, o governo ou restringiu o acesso às

armas ou proibiu e confiscou arbitrariamente as armas mais comuns. No Canadá, o registro demonstrou ser um confisco eventual. Da mesma maneira, o poder de busca da polícia aumentou. A expansão dos poderes de busca e apreensão do estado deve ser levado a sério por todos os civis liberacionistas, preocupados com a erosão dos direitos individuais no Canadá. As instituições democráticas no Canadá podem também ter sido afetadas pela transferência daquilo que muitos consideram os poderes legislativos tanto para a polícia quanto para o gabinete sob a legislação das armas de fogo.

O registro das armas de fogo viola as regras básicas de policiamento, estabelecidas, em 1820, por Sir Robert Peel, o fundador da primeira força policial, os “Bobbies” ingleses. Para que as leis sejam reforçadas de modo eficaz, a polícia deve ter o apoio dos “policiados”. Entretanto, a experiência em outros países demonstra que a resistência passiva ao registro de armas de fogo está espalhada por toda a parte. Ao invés de ver o controle de armas como uma política de resposta ao crime violento, é mais útil vê-la como o produto do conflito entre as culturas urbana e rural (Kleck, 1996). Semelhante ao movimento de temperança, que foi uma tentativa de impor os valores rurais aos residentes urbanos, o registro de armas pode ser visto como uma tentativa dos urbanistas de impor seus valores culturais aos canadenses rurais.

A “demonização” da população de classe média que, por acaso possui uma arma estabelece o fundamento para uma massiva e crescente intromissão nas vidas dos cidadãos comuns. O registro de armas de fogo e a licença para tê-las ameaçam a liberdade e os direitos de longa data. O tipo de controle de legislação para controle das armas de fogo deixou claro que não é consistente com muitos dos princípios democráticos e com a proteção das liberdades civis. Não obstante, o Canadá está encabeçando um movimento nas Nações Unidas para impor um regime semelhante de restrições rígidas ao redor do mundo

## Referências:

Besserer, Sandra and Jennifer Tufts (1999). “Justice Spending in Canada,” *Juristat*. Vol. 19, no. 12, pp. 11-12.

Breitkreuz, Garry (1999a). “Between 600 and 800 Bureaucrats Working on Gun Registration Project.” News Release. May 20.

\_\_\_\_\_ (1999b). “Criminal Offenses More than Double —Number of Police Officers Still Dropping.” News Release. March 4.

\_\_\_\_\_ (1999c). “Five Reasons Why Police Oppose Gun Registration.” News Release. June 28.

\_\_\_\_\_ (2000a). “Snapshot of Number of Employees

Working on the Liberal Gun Registration Scheme.”  
News Release. July 19.

\_\_\_\_\_ (2000b). “Police Say: Gun registry is ‘Deeply, and Possibly, Fatally Flawed.’” News Release. Jun 21.

\_\_\_\_\_ (2001). “RCMP Have Still Not Deregistered Airguns!”  
News Release. January 17. Internet:  
[www.cfccaf.gc.ca/owners&users/bulletins/  
special/prosecutors /bulletin8.html](http://www.cfccaf.gc.ca/owners&users/bulletins/special/prosecutors/bulletin8.html)

Burlew, Edward L. (2000). Canadian Shooters’ Rights.  
Richmond Hill, Ontario: Gun Loss.

Canadian Centre for Justice Statistics, Statistics Canada  
(1999). Canadian Crime Statistics, 1998. Minister of  
Industry. November.

Dandurand, Yvon (1998). Firearms, Accidental Deaths,  
Suicides and Violent Crime: An Updated Review of the  
Literature with Special Reference to the Canadian  
Situation. Canadian Firearms Centre, Policy Sector,  
WD1998-4e, September.

Department of Justice Canada (1995). Facts about the  
Firearm Bill. Minister of Public works and Government  
Services, June.

Elliot, Louise (2001). “Gun-licensing Rules Violate  
Owners’ Privacy, Right to Fair Trial, Experts Say.”  
Canadian Press, February 4.

Firearms Act, The (1995). Ottawa: Queens Printer.  
Gillis, Charlie (2001a). “Privatized Gun Registry  
Threatens Canadians Privacy: Commissioner.”  
National Post, February 20.

\_\_\_\_\_ (2001b). “Ottawa Eyes Private Gun Registry. Privacy  
Concerns Raised as Potential Bidders are  
Asked to Outline Long-term ‘Relationship.’” National  
Post, February 12.

Gunter, Lorne (1999a). “Canadian Gun Registration  
Push Fails.” Edmonton Journal. October 13.

\_\_\_\_\_ (1999b). “Manitoba Tories by a Nose.” Edmonton  
Journal. September 21.

Hansard (1995). Debates of the House of Commons.  
Queen’s Printer.  
Misfire: Firearm Registration in Canada 20 The Fraser Institute

Kleck, Gary (1991). *Point Blank: Guns and Violence in America*. Aldine de Gruyter Press.

\_\_\_\_\_ (1996). "Crime, Culture Conflict and Sources of Support for Gun Control: A Multi-level Application of the General Social Surveys." *American Behavioral Scientist* 39 (4): 387-404.

\_\_\_\_\_ (1997). *Targeting Guns*. Aldine de Gruyter Press.  
Kopel, David B (1992). *The Samurai, The Mountie, and The Cowboy. Should America Adopt the Gun Controls of Other Democracies?* Prometheus Books.

Levant, Ezra (2001). "Canada's Gun Registry: The PR Stunt that Flopped." *National Post*, Jan 2.

Mauser, Gary A. (1995a). *Gun Control is not Crime Control*. *Critical Issues Bulletin*. Vancouver: The Fraser Institute, March.

\_\_\_\_\_ (1995b). *A Brief Evaluation of The Proposed Firearms Legislation*. Presented to the Standing Committee on Justice and Legal Affairs, The House of Commons, May 15.

\_\_\_\_\_ (1998). "The Politics of Firearm Registration in Canada." *Journal of Firearms and Public Policy*. Vol. 10 (Fall):1-26.

Mauser, Gary A. and H. Taylor Buckner (1997). *Canadian Attitudes Toward Gun Control: The Real Story*. Toronto: The Mackenzie Institute, February.

Mauser, Gary and Richard Holmes (1992). "An Evaluation of the 1977 Canadian Firearms Legislation." *Evaluation Review*. Vol. 16, pp. 603-617.

Mauser, Gary and Dennis Maki (1998). "An Evaluation of the 1977 Canadian Firearms Legislation: Robbery Involving a Firearm." Presented to the Annual Meeting of the American Society of Criminology, Washington, DC, November.

\_\_\_\_\_ (1999). "An Evaluation of the Effects of the 1977 and 1991 Canadian Firearms Legislation on Robbery Rates." Presented to the Annual Meeting of the American Society of Criminology, Toronto, November.

Mauser, Gary and Michael Margolis (1992). "The Politics of Gun Control: Comparing Canadian and

American Patterns.” Government and Policy. Vol 10, pp. 189-209.

Meredith, Colin, Bruno Steinke, and Sherilyn A. Palmer (1994). Research on the Application of Section 85 of the Criminal Code of Canada. Research, Statistics and Evaluation Directorate. Department of Justice Canada. WD1994-203. Ottawa, December.

Newson, Lorne (1992). Former Chief Provincial Firearms Officer, Attorney General’s Office, Province of British Columbia. Personal interview. May.

Palm, Daniel C. (2000). “So Much For The Anti-Gun Strategy.” The Claremont Institute Precepts. October.

Royal Canadian Mounted Police (RCMP) (1999). Annual Firearms Report to the Solicitor General of Canada. [www.cfc-ccaf.gc.ca/research/statistics\\_en.html#Table4](http://www.cfc-ccaf.gc.ca/research/statistics_en.html#Table4).

Reid, Angus (1993). “Gun control survey.” Angus Reid Group. September.

Reith, Charles (1948). A Short History of the British Police. London: Oxford University Press.

Report of the Auditor General (1993). Queen’s Printer, Ottawa.  
Smithies, Allan (1998). For Their Own Good: Firearm Control in Canada 1867–1945. Toronto: Ontario Handgun Association.

Statistics Canada (1999). “The Justice Factfinder, 1998.” Juristat. Vol. 20, No. 4.

Statistics Canada (1996). “Police Personnel and Expenditures in Canada–1994.” Juristat. Vol. 16, No. 1.

Wade, Terence and Roger Tennuci (1994). Review of Firearm Registration. Technical Report, RES Policy Research Inc. Research, Statistics and Evaluation Directorate, Corporate Management, Policy and Programs Sector, Minister of Justice, TR1994-9e. Ottawa, November.

The Fraser Institute 21 Misfire: Firearm Registration in Canada  
PUBLIC POLICY SOURCES, NUMBER 48  
PUBLIC POLICY SOURCES, NUMBER 48

## Sobre o autor

Gary A. Mauser é professor da Faculdade de Administração de Empresas e do Instituto para Estudos e Pesquisas Urbanos Canadense na Universidade em Burnaby, Colúmbia Britânica.

O professor Mauser obteve seu doutorado na Universidade da Califórnia, em Irvine. Ele possui dupla nacionalidade americana e canadense. Ele e sua esposa, Ede Wong, têm cinco filhos e vivem em Coquitlam.

Seu interesse por armas de fogo e controle de armas surgiu a partir de seus estudos de marketing político. Ele publicou dois livros, “Marketing Político” e “Manipulando a Opinião Pública, e mais de 20 artigos”.

Nos últimos 15 anos, o Professor Mauser conduziu pesquisas sobre as políticas de controle de armas, a eficiência de leis de controle de armas e o uso de armas de fogo em defesa própria.

Ele comprou a sua primeira arma depois de se mudar para o Canadá e conduziu pesquisas sobre a legislação de armas de fogo. Ele é um membro do Conselho de Diretores da Federação de Vida Selvagem do Canadá e Presidente do Barnet Rifle Club.